

**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**  
**Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos**

**Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de  
Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado:  
Elementos para a Formação de Coordenadores  
de Turmas e de Alfabetizadores.**

Brasília, abril de 2011.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.....	6
3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ALFABETIZAÇÃO .....	8
4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS ORIENTADORES PARA A FORMAÇÃO DOS COORDENADORES DE TURMAS E DOS ALFABETIZADORES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO. ....	10
4.1. PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS ORIENTADORES PARA A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES E COORDENADORES DE TURMAS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO .....	11
5. A FORMAÇÃO NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO .....	13
5.1. COMPREENDENDO O PROCESSO DE FORMAÇÃO.....	13
5.2. CONTEÚDOS DA FORMAÇÃO .....	14
5.3. AMPLIANDO OS CONTEÚDOS PARA OS COORDENADORES DE TURMAS .....	15
6. AÇÕES DE APOIO AO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO COMO ELEMENTOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES E COORDENADORES DE TURMAS	16
6.1. A MATRIZ DE REFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO .....	16
6.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO OLHAR BRASIL .....	17
6.3. ALFABETIZAÇÃO E AS AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA.....	18
6.4. ALFABETIZAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS.....	19
6.5. OBTENÇÃO DO REGISTRO CIVIL DOS ALFABETIZANDOS .....	19
7. ESTRATÉGIAS PARA A CONTINUIDADE DOS EGRESSOS DO PROGRAMA NOS PROCESSOS EDUCATIVOS.....	20
8. A ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FORMADORAS E OS GESTORES DO PBA PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CURSO.....	20
9. ANEXO I.....	21

## APRESENTAÇÃO

Este documento é fruto do diálogo entre a Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos/SECAD/MEC e as Instituições Formadoras e Gestores do Programa Brasil Alfabetizado e tem como objetivo apresentar **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e Alfabetizadores.**

Para a construção deste documento a DPEJA/SECAD/MEC promoveu 2 Encontros de Trabalho e contou com a participação de 250 participantes no primeiro, realizado entre 29 e 31 de julho de 2009 e, com 180 no segundo, realizado nos dias 8 e 9 de julho de 2010, ambos em Brasília.

A participação das **instituições formadoras<sup>1</sup>** e dos **gestores do Programa Brasil Alfabetizado**, assim como dos **especialistas em formação de educadores** convidados, foi de suma importância, pois a versão do documento consolidada a partir das contribuições construídas coletivamente no I Encontro, pôde ser analisada e discutida de forma participativa e coletiva no II Encontro, o que possibilitou a consolidação das novas contribuições para apresentar e disponibilizar este em sua versão final.

Para a DPEJA/SECAD/MEC este processo de construção participativa é parte da elaboração conjunta de uma política pública de educação que, pautada nos princípios de inclusão e equidade, busca garantir o acesso dos jovens, adultos e idosos à uma educação de qualidade, direito de todos e todas.

A construção deste documento de referência para a formação, permeada naturalmente por consensos e diferentes pontos de vista, mostrou-se muito positiva na medida em que orienta sobre princípios, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento dos processos de formação dos coordenadores de turmas e dos alfabetizadores, sem, contudo, apresentar limitações às concepções e às metodologias que serão desenvolvidas pelas diferentes instituições formadoras e pelos gestores do PBA, aspecto descrito entre as diretrizes construídas coletivamente, que garante o atendimento das diferentes propostas elaboradas pelas instituições formadoras e pelos gestores do programa.

Neste sentido, ressaltamos a importância do diálogo entre as instituições formadoras, os gestores, os coordenadores de turmas e os alfabetizadores, compreendendo que os resultados da formação e das práticas alfabetizadoras dependem da participação de todos os envolvidos no processo.

---

<sup>1</sup> São consideradas "instituições formadoras" as entidades responsáveis pela formação no PBA, sejam instituições contratadas ou a própria Secretaria de Educação, municipal ou estadual.

Com a clareza de que os egressos do PBA deverão ser encaminhados às turmas de EJA para continuidade dos estudos, o programa se traduz em um instrumento que exige a responsabilidade, o compromisso e a articulação dos municípios, estados, distrito federal e governo federal, essenciais para institucionalizar as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, garantindo seu espaço e sua qualidade e ampliando a oferta.

Neste sentido, a formação deverá contemplar a dimensão das especificidades da ação alfabetizadora e, também, a abordagem das ações que viabilizem a permanência dos jovens, adultos e idosos em processos educativos, compreendendo a atual política pública de Estado que vem ampliando-se e fortalecendo-se.

A educação ao longo da vida, conceito preconizado nas Conferências Internacionais de Educação de Jovens e Adultos – CONFINTEA contempla e valoriza as aprendizagens que se desenvolvem nos contextos formais, não formais e informais, mas é necessário que o sistema público de educação garanta, aos jovens, adultos e idosos, oferta contínua e permanente, da alfabetização ao ensino médio, de uma educação de qualidade.

Desta forma, este documento cumpre duas funções: a primeira refere-se à orientação dos princípios, diretrizes e estratégias que darão suporte à elaboração da dimensão teórico-metodológica da formação e da ação alfabetizadora, construídos no diálogo da DPEJA/SECAD/MEC com as instituições formadoras e gestores do PBA.

A segunda refere-se à dimensão operacional do PBA e, portanto, apresenta elementos norteadores que deverão estar contemplados na formação e que, na qualidade de ações de apoio ao PBA, podem ser traduzidos como instrumentos e estratégias que qualificam o processo de alfabetização, possibilitando atingir melhores resultados no que se refere ao atendimento do público jovem, adulto e idoso, garantindo o direito à educação de qualidade e o exercício pleno da cidadania.

Com a certeza de que esta construção participativa trouxe resultados de qualidade, agradecemos a colaboração e a participação de todos.

**Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, como parte do esforço para avançar rumo à universalização da educação básica – e até como condição necessária e indispensável para a realização desse objetivo prioritário da política educacional nacional, o Ministério da Educação do Brasil ampliou e fortaleceu um conjunto de políticas voltadas especificamente para os grupos sociais historicamente excluídos que não se beneficiaram da expansão do sistema educacional verificado nas últimas décadas.

As políticas de inclusão e diversidade são voltadas aos grupos sociais historicamente excluídos, como: jovens, adultos e idosos não-alfabetizados ou com baixa escolaridade, afrodescendentes e quilombolas, populações do campo, povos indígenas, população privada de liberdade, crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, mulheres e pessoas com deficiência.

Ao definir Alfabetização e Inclusão como um dos quatro eixos estratégicos da política educacional – ao qual se somam Qualidade da Educação Básica/Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Expansão da Educação Profissional e Tecnológica e Reforma da Educação Superior, o Governo reafirmou o seu compromisso de garantir o direito à educação para os milhões de brasileiros que não tiveram oportunidade de completar seus estudos.

Para dar efetividade a essa prioridade, o Ministério da Educação vem promovendo desde 2004, uma profunda reorientação de suas políticas. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE em 2007 supera-se a visão fragmentada da educação e as ações pautam-se em uma visão sistêmica que articula os diferentes níveis, etapas e modalidades da educação.

Nessa perspectiva, as ações passam a assegurar a articulação efetiva entre as iniciativas de alfabetização – desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) – e o acesso e continuidade dos estudos com a ampliação da oferta de educação de jovens e adultos (EJA) – fomentada por meio do FUNDEB, instituído em substituição ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). Este mecanismo financia os três níveis da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e as modalidades, tendo grande impacto sobre as políticas sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI: Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Especial. Além de incluir essas modalidades, o novo sistema de financiamento garante valores per capita diferenciados, de acordo com as suas especificidades.

A Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (DPEJA) da SECADI assumiu como desafio central o enfretamento da enorme dívida histórica do país no tocante à educação de

jovens e adultos e o compromisso de criar instrumentos e políticas que conduzam ou reconduzam os jovens e adultos para os sistemas de ensino.

Para isso, estabeleceu como objetivos gerais:

- a) Incentivar o reconhecimento da educação de jovens e adultos como direito;
- b) Induzir a institucionalização da educação de jovens e adultos como política pública nos sistemas de ensino;
- c) Apoiar a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos na perspectiva da educação continuada, entendendo a aprendizagem como processo que se dá em diferentes espaços e em todas as dimensões da vida;
- d) Promover e valorizar as diferentes formas de educação, formal e não-formal, para jovens e adultos.

Para atingir estes objetivos, a DPEJA/SECADI tem centrado suas ações nos seguintes eixos: financiamento; oferta de formação qualificada; elaboração, produção e distribuição de materiais didáticos e literários; fomento a políticas de acesso à leitura e articulação das redes sociais.

No âmbito do Plano Nacional de Formação do MEC<sup>2</sup>, ampliou a oferta de vagas, nos cursos de formação presencial e à distância - EAD, para educadores e professores que atuam junto aos jovens, adultos e idosos, qualificando o atendimento e contemplando suas necessidades e expectativas.

Neste contexto, as propostas de cursos de formação para os educadores da EJA tem incorporado a alfabetização, compreendendo que esta é uma etapa do processo de educação formal e, para dar efetividade às práticas desenvolvidas junto aos jovens, adultos e idosos, a oferta de formação específica e adequada mostra-se uma ação prioritária.

Com o objetivo de subsidiar as instituições formadoras do Programa Brasil Alfabetizado, no planejamento e execução dos cursos de formação, apresentamos o documento intitulado **“Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e Alfabetizadores”**.

## **2. O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

Lançado no segundo semestre de 2003, o Programa Brasil Alfabetizado recolocou alfabetização de jovens e adultos como prioridade na agenda educacional do País. Ao tomar esta iniciativa, o governo federal chamou para si a responsabilidade política e constitucional de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional para a oferta de alfabetização de qualidade.

---

<sup>2</sup> Plano Nacional de Formação - O plano consolida a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas. A ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Desta forma, o Programa Brasil Alfabetizado adotou uma concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos. Nesta perspectiva republicana e democrática, a alfabetização de jovens e adultos deixou de ser vista como uma ação periférica e compensatória, e passou a constituir-se um dos eixos estratégicos da política educacional do país, integrando-se a outras políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos sociais historicamente excluídos.

Como consta do **Documento Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**<sup>3</sup>, produzido em 2008, como resultado da mobilização de centenas de atores que atuam na EJA no Brasil, o Programa Brasil Alfabetizado - PBA é “parte de muitas iniciativas que compõem o espectro de atendimento a jovens e adultos, as quais demandam maior compreensão e a perspectiva de se constituírem como políticas públicas de Estado”. O PBA configura-se neste sentido como significativa estratégia de garantia do direito à educação e como alternativa importante para o enfrentamento das desigualdades que marcam as condições de oferta de educação nos municípios e unidades da federação.

Compreende-se, contudo, que o desafio de consolidar a alfabetização de jovens, adultos e idosos, na perspectiva da continuidade da escolarização destes sujeitos como política pública requer, dentre outras ações, o apoio financeiro e o suporte pedagógico aos estados, Distrito Federal e municípios para que incorporem gradativamente este atendimento em suas redes de ensino e que tenham condições de realizar tal atendimento com qualidade e efetividade.

Para garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos nos processos educativos, o Programa Brasil Alfabetizado se apresenta como uma política pública que, por ser contínua, visa à continuidade dos estudos dos recém-alfabetizados. Nesse sentido, supera o caráter de campanha comumente associado às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, adotando uma visão clara de política pública integrada ao esforço educacional do País.

Para o êxito do programa é fundamental compreender a alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas como parte integrante da política pública de EJA, garantido a articulação com os sistemas estaduais, distrital e municipais de ensino, principais responsáveis pela oferta de educação de jovens e adultos, e destes com as instituições formadoras, responsáveis pela formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas, agentes fundamentais para a efetividade do processo.

Buscando uma maior articulação com os demais entes federados, a adesão ao Programa realiza-se exclusivamente por intermédio das secretarias estaduais, distrital e municipais de educação de todo o país. Estas elaboram planos e metas, conforme os dados registrados no Censo Escolar de seu município/ estado/DF.

---

<sup>3</sup> A VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos – VI CONFINTEA - foi realizada em dezembro de 2009, em Belém- PA.

O esforço republicano de mobilização pela alfabetização de jovens, adultos e idosos por meio do Programa Brasil Alfabetizado, com significativas experiências desenvolvidas e acumuladas no campo da formação continuada, apresenta-se institucionalmente articulado e reconhecido como política pública de Educação de Jovens e Adultos, dando concretude à preocupação e intenção de sua continuidade como modalidade da educação básica, na perspectiva de um sistema público nacional e integrado de educação pública, definidos na I Conferência Nacional de Educação - CONAE<sup>4</sup>.

Neste sentido, o MEC tem intensificado ações que propiciem a aproximação institucional do PBA com as ações de EJA desenvolvidas pelos Sistemas Públicos Estaduais, Distrital e Municipais, induzindo o debate e as orientações necessárias acerca das propostas curriculares elaboradas pelos entes federativos, considerando suas experiências mobilizadoras, destinando recursos financeiros via FUNDEB para garantir a oferta pública de EJA, subsidiando estados, municípios e DF para o estabelecimento de metas de atendimento da população egressa do PBA, dentre outros.

Dentre **os objetivos do Programa Brasil Alfabetizado** destacam-se:

a) criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental;

b) promover com qualidade o acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo;

c) mobilizar gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA;

d) qualificar a oferta de alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, de distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento.

A meta do programa para 2010 é alfabetizar 2.500.000 de sujeitos jovens, adultos e idosos e anualmente deverão ser estabelecidas novas metas.

### **3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ALFABETIZAÇÃO**

O conceito de EJA, no qual se assentam as políticas públicas voltadas aos jovens e adultos, está fundamentado na perspectiva de **educação e aprendizagens ao longo da vida**, conceito que vem consolidando-se nas Conferências Internacionais de Educação de Adultos. Neste sentido, compreende-se como essencial, não apenas a elevação de escolaridade nos processos formais de educação, com o acesso às turmas de alfabetização e continuidade nos

---

<sup>4</sup> Conferência Nacional de Educação, realizada em março de 2010, em Brasília, DF.



demais segmentos, mas as experiências e vivências em contextos não formais e informais, pois contribuem para o desenvolvimento integral de cada indivíduo, ampliando sua capacidade de leitura de mundo e o exercício da cidadania.

Como exposto no **Marco de Ação de Belém**, documento resultante da VI CONFINTEA, “a alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do continuum da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade” (p.7).

Desta forma, as propostas que contemplam ações de alfabetização - parte do processo que integra a educação de jovens, adultos e idosos - deverão possibilitar o reconhecimento dos saberes dos sujeitos e a apropriação das diversas linguagens como instrumentos para a autonomia e para a emancipação e, neste sentido, a formação daqueles que atuam diretamente junto aos sujeitos mostra-se elemento fundamental.

Compreendendo que **o processo alfabetizador é dialógico**<sup>5</sup> e incorpora diferentes elementos, é necessário pensar uma metodologia que transcenda a perspectiva puramente técnica de aquisição da escrita, possibilitando aos jovens, adultos e idosos, aprendizagens significativas, compreendendo a escrita como patrimônio sociocultural e o processo de alfabetização em estreita relação com a vida dos sujeitos.

Desta forma **o processo de alfabetização deverá contemplar: a escrita da língua portuguesa e a matemática** a partir de uma abordagem que considere as **relações das práticas cotidianas** vivenciadas nos diversos **contextos sociais**; as **práticas de leitura** considerando **diferentes linguagens**, valorizando aspectos relacionados à **diversidade cultural** e, o **mundo do trabalho**, garantindo a **apropriação de conhecimentos e direitos** que contribuam para **o exercício da cidadania**.

Para pensar **os objetivos da alfabetização** é necessário ter clareza das **habilidades, competências e conhecimentos** que desejamos obter como **resultados do processo educativo**. Para isso no início da formação e durante o seu decorrer é importante a discussão sobre o desenvolvimento das turmas com base nas habilidades indicadas na **matriz de referência de avaliação do PBA**, assim como a reflexão sobre os **conceitos de emancipação e de autonomia**, aprofundando a compreensão do trabalho que está sendo

---

<sup>5</sup> A dialogicidade proposta por Paulo Freire considera que educador e educando são mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo da aprendizagem.

realizado junto aos alfabetizandos e adequando as práticas conforme as necessidades percebidas.

Considerar estes aspectos e desenvolvê-los com base nos **princípios, diretrizes e estratégias** descritos neste documento são **essenciais para a efetividade do processo**, compreendendo a alfabetização como parte de uma política de educação que está pautada nos princípios de inclusão e de equidade e de garantia dos direitos dos sujeitos.

#### **4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS ORIENTADORES PARA A FORMAÇÃO DOS COORDENADORES DE TURMAS E DOS ALFABETIZADORES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.**

Pensar a formação de educadores implica considerar as diversas dimensões que este processo, na sua complexidade, engendra; pois a compreensão do conceito **formação** refletirá na forma de desenvolvimento deste processo e este, por sua vez, incidirá diretamente nas práticas dos coordenadores de turmas e alfabetizadores.

Neste contexto, foram realizados 2 Encontros com as instituições formadoras e com os gestores do programa para, por meio do diálogo, construir coletivamente princípios, diretrizes e estratégias orientadores para a formação no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

Durante o **I Encontro** com as instituições formadoras e os gestores do Programa Brasil Alfabetizado utilizou-se como estratégia metodológica, a apresentação de painéis para debate sobre as políticas de alfabetização e educação de jovens e adultos do Ministério da Educação, palestras e debates sobre o tema da formação de educadores da EJA, apresentação de experiências na área de formação de alfabetizadores pelas instituições formadoras do Programa Brasil Alfabetizado, trabalho em pequenos grupos e socialização dos resultados das discussões realizadas nos grupos.

Para a discussão pretendida, propôs-se um **roteiro de tópicos** comuns abordando os seguintes aspectos:

- Princípios que deverão orientar a formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores de turmas do Programa Brasil Alfabetizado quanto ao: planejamento, papel do coordenador de turmas, conteúdo, estratégias de formação, abordagem metodológica, material formativo, atendimento de segmentos específicos (indígenas, pescadores, pessoas com deficiências, quilombolas, dentre outras), avaliação do curso e dos cursistas;
- Estratégias para potencializar os usos da Matriz de Referência da Avaliação Cognitiva do programa no processo de formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores de turmas;
- Estratégias para potencializar os usos dos materiais didáticos e literários no processo de formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores de turmas;

- Estratégias para efetivar a continuidade dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado na EJA.

Os resultados do **I Encontro** foram compilados e estruturados em forma de documento e este se tornou material de discussão do **II Encontro** com as instituições formadoras e os gestores do programa. Nos 2 encontros especialistas na área de formação de educadores, apresentaram elementos para ampliar a reflexão sobre os princípios, as diretrizes e as estratégias, contribuindo para aprimorar este documento, agora em sua versão final.

Durante o I Encontro os participantes apresentaram a seguinte definição: “os princípios são marcos definidores da trajetória, o que pressupõe que se tenha claro qual a intencionalidade da ação, no caso, a ação de alfabetizar.” A partir desta definição, elencaram uma série de princípios e diretrizes em uma seqüência única.

No II Encontro, a partir da reflexão nos grupos, os princípios e as diretrizes foram apresentados separadamente e, no aprofundamento da discussão, elaboraram o item estratégias, compreendendo que as diretrizes referem-se às orientações para o desenvolvimento da ação e estão amparadas nos princípios. Por sua vez, as estratégias destacam ações concretas para a melhoria do processo formativo e da prática alfabetizadora a ser desenvolvida.

#### **4.1. PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS ORIENTADORES PARA A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES E COORDENADORES DE TURMAS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

##### **4.1.1. PRINCÍPIOS:**

- 1) Compreender as práticas educativas dos alfabetizadores na dimensão da **formação permanente**.
- 2) **Postura ética** e responsável no trato à coisa pública, garantida pela transparência e o bom uso dos recursos públicos, assegurado o **controle social das ações** do Programa através do Conselho Municipal de Educação e/ou outras instâncias locais, e criteriosa seleção de alfabetizadores, coordenadores e formadores, tendo por base **critérios técnico-pedagógicos e o compromisso com o social**.
- 3) **Construção coletiva** do conhecimento e **valorização das experiências dos sujeitos** durante todo o processo formativo.
- 4) **Respeito à diversidade** sócio-econômica, política e cultural dos sujeitos envolvidos.
- 5) **Respeito às especificidades** de cada localidade, saberes, valores, tradições, experiências, potencialidades, desafios e à diversidade dos sujeitos envolvidos.
- 6) **Indissociabilidade da teoria e da prática** durante as ações de educação e de formação.

- 7) **Compromisso político-social** dos gestores, dirigentes, instituições formadoras e educadores com as **ações transformadoras da realidade social**.
- 8) Formação na **perspectiva da intersectorialidade**.
- 9) Ações formadoras que favoreçam a **autonomia dos sujeitos** considerando as especificidades dos jovens, adultos e idosos tendo em vista as suas diferentes trajetórias, expectativas e experiências.
- 10) **Fortalecer as identidades culturais** no processo de formação.

#### 4.1.2. DIRETRIZES:

- 1) Compreender o Programa Brasil Alfabetizado como **política pública** de Educação de Jovens e Adultos atuando na **perspectiva de continuidade** de escolarização para jovens, adultos e idosos e a **educação ao longo da vida**.
- 2) Garantir o **diálogo e a articulação permanente** entre as instituições formadoras e os gestores locais do Programa Brasil Alfabetizado.
- 3) **Pluralidade de concepções e referenciais teóricos, metodológicos e avaliativos** na perspectiva da formação crítica, emancipadora dos sujeitos.
- 4) Garantia da idéia de **formação enquanto processo**, por meio da integração entre formação inicial e continuada.
- 5) Privilegiar **metodologias coerentes com os princípios do Programa** que favoreçam a observação da prática pedagógica, a produção de registros e de memórias e a teorização e análise da prática.
- 6) Elaboração de estratégias na formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores de turmas para **potencializar os usos de materiais didáticos e literários** no processo de alfabetização.
- 7) Interação entre os participantes através da **prática dialógica e proativa**.
- 8) Fomentar e desenvolver **atividades de pesquisa** junto às práticas pedagógicas do programa.

#### 4.1.3. ESTRATÉGIAS:

- 1) Estabelecimento de **parcerias** para o processo educativo, com a integração de todas as **esferas governamentais** e da **sociedade civil**, relacionadas com o campo do trabalho, da saúde, do meio ambiente, da segurança pública, da assistência social, da cultura da comunicação, entre outras.

- 2) Elaboração de um **plano de ação de formação** que contemple todas as áreas do conhecimento, destacando a importância de perceber as interfaces entre os **conhecimentos científicos e os saberes construídos nas práticas**.
- 3) Elaboração de **plano para a análise, discussão e avaliação da Matriz de Referência da Avaliação Cognitiva** no processo de formação inicial e continuada, visando potencializar o uso da Avaliação Cognitiva durante o processo de alfabetização.
- 4) **Planejamento participativo**, antecedido por diagnóstico envolvendo os alfabetizadores e coordenadores de turmas em todo o processo.

## 5. A FORMAÇÃO NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

### 5.1. COMPREENDENDO O PROCESSO DE FORMAÇÃO

A formação de educadores para a EJA é um campo vasto e heterogêneo, com múltiplos sujeitos, com atuações e trajetórias de formação variadas que incluem tanto educadores populares como profissionais do ensino com elevada escolaridade formal.

A instituição formadora, ao elaborar a proposta para formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas do PBA, deverá considerar a heterogeneidade presente no grupo, sua diversidade de experiências, de histórias de vida e expectativas.

Neste sentido, **a formação** deverá ser compreendida e desenvolvida em um **processo contínuo**, no qual os coordenadores de turmas e os alfabetizadores do PBA participam de uma **formação inicial**, em período que antecede o início das turmas de alfabetização, e permanecem em processos de **formação continuada** durante todo o período em que estiverem envolvidos em práticas educativas no âmbito do programa.

Compreende-se que todas as **ações de formação** dos agentes envolvidos na educação de jovens e adultos são ações que **articulam o fazer ao pensar**. Trata-se de uma prática na qual **quem ensina esta sistematicamente aprendendo**, não só com seus alunos, mas com teorias já desenvolvidas na área. A formação é sempre um processo contínuo, pois se traduz em um **fazer que requer uma constante avaliação, análise e reflexão**. À frente de processos educativos, qualquer um está sempre diante de processos de formação continuada. **Práticas educativas são intrinsecamente práticas formativas**.

Desta forma, no processo de formação, espera-se que as **experiências práticas pedagógicas e culturais** vivenciadas pelos alfabetizadores sejam **incorporadas como elementos de reflexão sobre a ação** desenvolvida, possibilitando adequá-la às necessidades e expectativas dos alfabetizandos.

É importante que os gestores e as instituições formadoras tenham clareza de que, embora a formação seja um processo contínuo, **a formação inicial** deverá possibilitar conhecer concepções e respectivas metodologias para a ação alfabetizadora, discutindo conteúdos que subsidiam o preparo para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, esclarecendo a articulação e a relação com outras ações (fomento à leitura, projeto Olhar Brasil, obtenção do registro civil, dentre outras) voltadas à melhoria da qualidade da alfabetização de jovens, adultos e idosos. Estas ações deverão ser abordadas durante todo o período do processo formativo.

Na **formação continuada**, embora os conteúdos da formação inicial sejam aprofundados, será importante buscar o **aperfeiçoamento da ação alfabetizadora** com base na **análise das práticas desenvolvidas** e nos **resultados da avaliação cognitiva** (diagnóstica e processual) dos alfabetizandos, pois os resultados obtidos apontarão os níveis nos quais se encontram os sujeitos, exigindo a elaboração de propostas adequadas às suas necessidades com o objetivo de **desenvolver as diferentes competências e habilidades**<sup>6</sup>.

Quanto aos coordenadores de turmas que desenvolvem **a formação continuada dos alfabetizadores**, é importante que apresentem uma postura **dialógica e pró-ativa**, propiciando espaços de reflexões sobre as práticas dos alfabetizadores, propondo as construções conjuntas de ações, reorganizando coletivamente o trabalho pedagógico e orientando os alfabetizadores para o atendimento das especificidades presentes em suas turmas.

Para que a ação dos coordenadores seja efetiva, as **dimensões formativa, mobilizadora e gestora do processo de alfabetização** deverão ser trabalhadas junto aos coordenadores de turmas para uma atuação segura e qualificada.

## 5.2. CONTEÚDOS DA FORMAÇÃO

Na formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas do Programa Brasil Alfabetizado, além da **apresentação do PBA**, serão abordados **concepções, fundamentos, princípios e estratégias metodológicas** da alfabetização de jovens, adultos e idosos; as **ações de triagem de acuidade visual**; a aplicação da **avaliação cognitiva**; a orientação para **obtenção do registro civil** e outros documentos necessários ao **exercício da cidadania** e as ações relacionadas ao **encaminhamento dos egressos do programa às turmas de EJA**.

Ressalta-se, portanto, a **importância do conhecimento das ações de apoio**<sup>7</sup>, em desenvolvimento, para qualificação dos processos de alfabetização e, também, a compreensão

---

<sup>6</sup> Considerar a Matriz de Referência de Avaliação Cognitiva do PBA.

<sup>7</sup> Estas ações estão apresentadas no item Ações de Apoio ao PBA como Elementos Norteadores para a Formação de Coordenadores de turmas e alfabetizadores, parte deste documento.

do papel dos coordenadores, dos alfabetizadores e das instituições formadoras, descritos na RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº 06 de abril de 2010<sup>8</sup>.

A abordagem dos conteúdos referentes aos fundamentos e às metodologias possibilita compreender a **articulação entre as teorias e as práticas**. Desta maneira, **temas** referentes ao conceito de EJA, à diversidade dos sujeitos, questões de gênero, educação sócio-ambiental, direito constitucional, dimensões técnica e política da educação, concepções e metodologias da alfabetização e a relação com as áreas de matemática, língua portuguesa e diferentes linguagens, avaliação da aprendizagem, registro e da análise das práticas, interface com o mundo do trabalho, apropriação da escrita e da leitura como exercício da cidadania, dentre outros, são **fundamentais**.

### **5.3. AMPLIANDO OS CONTEÚDOS PARA OS COORDENADORES DE TURMAS**

Para os coordenadores, sugere-se que a formação contemple, além dos conteúdos essenciais para a ação alfabetizadora, temáticas específicas relacionadas à ação de coordenar. Assim, os coordenadores deverão **apropriar-se de conhecimentos necessários para o acompanhamento das práticas e das aprendizagens**, para orientar e acompanhar a **aplicação da avaliação cognitiva** e discutir os resultados obtidos para o desenvolvimento de práticas adequadas.

Além do aprofundamento nos aspectos didáticos é importante que desenvolvam a capacidade de **identificar e orientar** o atendimento de **pessoas com deficiência**, realizar o **encaminhamento dos egressos** às turmas de EJA, orientar as **ações de fomento à leitura** e de **utilização do material didático e literário**, além de acompanhar a **frequência** dos alfabetizadores e alfabetizandos e estabelecer **estratégias para garantir a permanência** dos alfabetizandos evitando que ocorra a evasão. Neste sentido o trabalho de **busca ativa permanente** dos coordenadores e educadores é fundamental.

Durante toda a ação, **a pesquisa e o estudo de práticas pedagógicas precisam estar articuladas** para que os alfabetizadores e coordenadores iniciem o trabalho de forma segura, orientando-os sobre a **importância de registrar dúvidas, práticas e resultados** encontrados no trabalho junto às turmas, com o objetivo de discuti-los no processo de formação continuada, **buscando o aprimoramento da ação**.

Como **a formação continuada se realiza ao mesmo tempo em que se desenvolve o trabalho com as turmas do PBA**, é importante que as informações registradas pelos coordenadores sejam trabalhadas durante a formação, possibilitando o aperfeiçoamento das práticas no decorrer do processo.

---

<sup>8</sup> RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº 06 de abril de 2010<sup>8</sup>. disponível no endereço eletrônico [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

As instituições formadoras e os coordenadores de turmas, responsáveis pela oferta da **formação continuada dos alfabetizadores** deverão ter **informações sobre a execução do programa** e sobre os resultados que vão sendo gerados pela ação dos alfabetizadores. O coordenador, neste sentido, é quem deverá trazer os **elementos para a discussão** a partir dos **registros de acompanhamento** das turmas e das trocas estabelecidas com os alfabetizadores. **Organizar o tempo** para acompanhar o processo de trabalho junto às turmas é essencial para a **compreensão do contexto** e para realizar os **encaminhamentos e orientações** necessários.

Para a realização de uma formação efetiva é importante considerar **duas dimensões do processo de formação**. Uma diz respeito aos conteúdos que são trabalhados no processo de formação e o modo como são trabalhados, ou seja, a metodologia de formação. Outra se refere aos elementos que deverão ser trazidos para discussão e reflexão, como as práticas desenvolvidas e os resultados alcançados, incluindo os que não foram positivos. Entretanto, é importante ter clareza de que cada objeto a ser estudado requer uma didática, ou seja, uma forma de abordá-lo. Daí **a importância da pesquisa e da prática articuladas** durante todo o processo formativo, articulando conteúdos à metodologias específicas.

Partindo do princípio de que a observação e o registro das práticas são parte do processo de formação, é importante orientar os alfabetizadores para anotarem reflexões sobre suas práticas a fim de socializar com o grupo. **As práticas desenvolvidas tornam-se conteúdos de reflexão, discussão e de elaboração de novas propostas de ações e novos aprofundamentos teóricos para o desenvolvimento nas turmas**. O percurso da formação deve possibilitar qualificar cada vez mais a ação alfabetizadora e para isso é necessário total **envolvimento do coordenador com os alfabetizadores**, a fim de dar suporte às suas dúvidas, orientá-los de maneira efetiva, reafirmando a **concepção de um processo de autoformação e formação coletiva**.

## **6. AÇÕES DE APOIO AO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO COMO ELEMENTOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES E COORDENADORES DE TURMAS**

Com o objetivo de subsidiar as ações de formação inicial e de formação continuada e, considerando os princípios, diretrizes e estratégias construídos nos encontros com as instituições formadoras e os gestores do programa, destacam-se alguns **elementos orientadores** que deverão estar contemplados no desenvolvimento das **ações de formação**.

### **6.1. A MATRIZ DE REFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

#### ***Qual a importância de conhecer e trabalhar a Matriz Referencial de Avaliação do PBA?***

“A matriz de referência de avaliação do PBA indica habilidades e capacidades de Matemática e Língua Portuguesa que deverão ser desenvolvidas nos educandos, pois contribuem para a plena inserção social dos sujeitos”.



Desta forma, a utilização da matriz contribui significativamente **para a elaboração dos planos de alfabetização** no que se refere aos conhecimentos e práticas em matemática e em língua portuguesa que deverão ser desenvolvidos junto aos alfabetizandos.

Esta matriz é um importante instrumento **orientador para pensar a metodologia, as atividades, a utilização de materiais** e para preparar os educadores e coordenadores para a avaliação das aprendizagens na entrada e na saída do PBA.”

### ***Os gabaritos comentados: compreendendo o trabalho com os resultados da avaliação***

Como complemento a esta matriz referencial foram elaborados dois cadernos, um apresenta o gabarito comentado da avaliação cognitiva de Matemática e o outro, o gabarito comentado da avaliação cognitiva de Língua Portuguesa.

Nestes cadernos, encontram-se as **orientações para a correção da avaliação** e as informações de como proceder para que os resultados de sua turma possam ser lançados corretamente pela Secretaria de Educação.

**A primeira parte** de cada um dos cadernos apresenta: o gabarito das 24 questões; orientações sobre o que significa o erro do aluno; indicações de atividades ou estratégias que podem melhorar o desempenho do aluno; e uma tabela para a interpretação pedagógica dos resultados.

**Na segunda parte**, encontra-se um modelo de como fazer o lançamento dos resultados em fichas individuais e orientações do que fazer com as fichas de resultados (onde e para quem entregá-las).

### ***Preparação para a utilização da matriz***

Como a formação inicia-se antes das turmas de alfabetização, os coordenadores de turmas e os alfabetizadores preparam-se para **aplicação da avaliação cognitiva** junto aos alfabetizandos. Esta avaliação, utilizada como **instrumento diagnóstico**, orientará os alfabetizadores no desenvolvimento de suas práticas desde o início do processo.

Desta forma, torna-se essencial compreender a proposta da matriz e os gabaritos comentados de Matemática e Língua Português desde o início do processo de formação.

## **6.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO OLHAR BRASIL**

### ***O que é o Projeto Olhar Brasil e de que maneira deverá ser trabalhado no processo de formação?***

O apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos tem como objetivo geral apoiar órgãos e entidades que executam a ação de alfabetização de jovens e adultos para oferecerem incentivos, na forma de serviços ou produtos, combatendo

alguns dos fatores que contribuem para o abandono e a desistência constatados sistematicamente nos cursos de alfabetização.

Neste sentido, o **Projeto OLHAR BRASIL**, ação conjunta do MEC com o Ministério da Saúde/MS, apresenta como objetivo garantir a realização da **triagem de acuidade visual e o encaminhamento** dos alfabetizandos com deficiências visuais para os órgãos de saúde competentes, possibilitando a **aquisição de óculos** nos casos necessários.

Esta ação visa atender as necessidades dos sujeitos garantindo seus direitos. Muitas vezes o alfabetizando desconhece o problema e esta ação, portanto, incide na participação do alfabetizando no programa.

Desta forma, durante a formação inicial é essencial que os coordenadores de turmas e alfabetizadores compreendam o projeto e sejam capacitados para a realização da triagem de acuidade visual e para o encaminhamento dos alfabetizandos que apresentam alguma deficiência.

### **6.3. ALFABETIZAÇÃO E AS AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA**

#### ***De que maneira as políticas de leitura dialogam com a ação alfabetizadora?***

A Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos, ao reconhecer a importância da **formação de um leitor crítico e criativo**, capaz de situar-se conscientemente no contexto social, procura implementar uma **política de leitura** capaz de oferecer alternativas para **estimular práticas de leitura** entre as pessoas jovens, adultas e idosas, fortalecendo o processo de alfabetização iniciado no Programa Brasil Alfabetizado e o trabalho desenvolvido nas turmas de EJA.

Dentro dessa política de incentivo à leitura foi criado o “**Concurso Literatura Para Todos**”- **CPLT** (4ª edição em 2010) e destinados recursos para o desenvolvimento de projetos de fomento à leitura.<sup>9</sup> Estas ações visam um atendimento qualificado junto aos jovens, adultos e idosos **neoleitores**, conceito que deverá ser discutido e compreendido durante a formação, considerando que os sujeitos, embora estejam em processo de apropriação da escrita e da leitura, possuem experiências e convivem, em inúmeras circunstâncias, com o mundo letrado.

#### ***Compreendendo a utilização do material***

Durante o processo de formação **as obras literárias** e o **guia do neoleitor** (instrumento orientador para a utilização das obras), produzidos no âmbito do CLPT e distribuídos às turmas de alfabetização, deverão ser apresentados e discutidos para que os alfabetizadores e coordenadores possam trabalhar de maneira efetiva junto aos alfabetizandos. A idéia é que o

---

<sup>9</sup> RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº 44 DE 16 DE OUTUBRO DE 2008.

acesso dos alfabetizandos ao **material literário específico para neoleitores jovens e adultos** se realize por meio de uma prática de **leitura significativa**, possibilitando o conhecimento dos **diversos gêneros literários** e ampliando suas leituras de mundo. É importante que as instituições formadoras tenham acesso ao material.

Nesse sentido, durante a formação o alfabetizador deverá ter a oportunidade de **repensar sua própria prática de leitura** para tornar-se um **mediador efetivo**, ou seja, que consegue despertar no educando o gosto e interesse pela **diversidade de gêneros existentes**, mostrando as **inúmeras possibilidades** que a escrita e a leitura permitem.

#### **6.4. ALFABETIZAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS**

##### ***Quais materiais didáticos estarão disponíveis aos alfabetizadores e alfabetizandos?***

Para atender com maior qualidade aos jovens, adultos e idosos e visando a melhoria dos processos de alfabetização, foi criado em 2007 o PNLA - Programa Nacional do Livro de Alfabetização, com o objetivo de possibilitar aos alfabetizandos e alfabetizadores cadastrados no Programa Brasil Alfabetizado – PBA, o acesso à **livros didáticos adequados aos seus interesses e necessidades**.

Em 2010 foi criado o **Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLDEJA** que prevê a distribuição de livros didáticos desde a alfabetização ao segundo segmento da EJA.

Neste sentido, os alfabetizadores e coordenadores de turmas, durante o processo de formação, poderão discutir as **possibilidades de materiais** existentes e compreender como o LD torna-se **material de apoio** importante para uma **educação contextualizada e efetiva**. A idéia é possibilitar aos alfabetizadores trabalhar com **textos e atividades interessantes**, que apresentem **desafios alcançáveis** pelos alfabetizandos e propiciem **aprendizagens significativas**.

Embora os alfabetizadores possam utilizar diferentes LDs, a **discussão e reflexão sobre o tema** é de extrema importância, na medida em que permite compreender o **impacto da utilização de materiais** adequados junto aos alfabetizandos, seja pelas **informações** que os textos trazem, ou ainda, pelas **atividades** propostas. Desta forma, **a escolha do LD** deverá considerar a concepção de alfabetização e a metodologia que fundamentam e orientam o trabalho nas turmas do PBA.

#### **6.5. OBTENÇÃO DO REGISTRO CIVIL DOS ALFABETIZANDOS**

##### ***De que maneira o coordenador de turmas e o alfabetizador poderão contribuir para que os alfabetizandos, quando necessário, obtenham seu registro civil?***

Durante a formação é necessário abordar temáticas que se referem às ações que garantem os direitos dos sujeitos. Desta forma, os coordenadores e alfabetizadores devem ter clareza de

como orientar os alfabetizandos para a **obtenção do registro civil**. Para garantir esta ação, o tema deverá estar contemplado na formação e, a cartilha “**Orientação para obter o Registro Civil**”, disponível no sítio da SECAD/MEC, deverá ser o instrumento utilizado na formação e junto aos alfabetizandos.

A temática deverá ser trabalhada junto às turmas como uma **atividade que promove a cidadania** e os alfabetizadores e coordenadores de turmas deverão destacar a importância do **conhecimento de seus direitos** orientando-os para a **obtenção dos diferentes documentos**: Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Registro de Casamento Civil, Carteira de Trabalho (CTPS), Carteira de Motorista (CNH).

## **7. ESTRATÉGIAS PARA A CONTINUIDADE DOS EGRESSOS DO PROGRAMA NOS PROCESSOS EDUCATIVOS**

### ***Como garantir a continuidade dos estudos aos egressos do PBA?***

Para garantir o acesso e a continuidade dos estudos em turmas de educação de jovens e adultos – EJA, os alfabetizadores e coordenadores de turmas, durante o período de funcionamento das turmas, deverão **informar e orientar os alfabetizandos** sobre as **turmas de EJA disponíveis no sistema público de ensino**, em sua localidade, conforme descrito na Resolução que estabelece as orientações, os critérios e procedimentos do Programa Brasil Alfabetizado. É interessante o **estabelecimento de parcerias locais e regionais** para a oferta de qualificação e formação profissional para os jovens, adultos e idosos que participam do programa, atendendo às necessidades dos educandos.

### ***Ações dos coordenadores e alfabetizadores***

O gestor do programa, os coordenadores de turmas e os alfabetizadores deverão **planejar com a Secretaria de Educação** dos municípios, do estado e distrital o **encaminhamento dos egressos** das turmas para a continuidade dos estudos, solicitando informações das **escolas da região que ofertam EJA**, encaminhando a lista com a **identificação dos educandos** ao diretor e **acompanhando as matrículas destes egressos**.

A importância do acesso e permanência dos sujeitos, desta forma, deverá ser um tema abordado durante todo o processo de formação, preparando os alfabetizadores e coordenadores para participarem efetivamente no processo de encaminhamento dos egressos do PBA, compreendendo esta ação como **uma dimensão das políticas de inclusão social**.

## **8. A ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FORMADORAS E OS GESTORES DO PBA PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CURSO**

O diálogo entre as instituições formadoras e as entidades executoras é importante para que a instituição formadora tenha **conhecimento sobre como se realiza a execução do PBA** e que, junto com a entidade executora, possa **definir as estratégias para a realização da formação inicial e para a formação continuada**.

Essa articulação entre as duas instituições é bastante importante para que a proposta de curso possa abordar conteúdos que contemplem as **especificidades da realidade** local municipal/estadual. Por exemplo, alfabetizadores que atendam população do campo ou pessoas privadas de liberdade poderão **discutir com maior profundidade conteúdos específicos**, que subsidiem as práticas que serão desenvolvidas junto a esses públicos. Transporte, alimentação, cronograma de execução do curso, dentre outros, são aspectos que poderão ser definidos conjuntamente.

## **9. ANEXO I**

### **Conteúdos mínimos para a formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas**

a) a especificidade da educação de jovens e adultos, a identidade dos sujeitos envolvidos e suas diversidades, incluindo abordagem das questões de identidade de gênero, geracional, relações étnico-raciais e especificidades regionais.

b) o desenvolvimento histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; o processo histórico-sócio-cultural de humanização (relação homem-natureza, sociedade e cultura); as contribuições de Paulo Freire; as dimensões técnica e política da alfabetização;

c) as concepções de alfabetização de jovens e adultos no Brasil, fundamentos e respectivas metodologias; construção da língua oral e escrita na alfabetização de jovens e adultos (como os alfabetizadores e alfabetizados ensinam e aprendem); metodologias de formação de leitores e mediadores de leitura, práticas sociais de leitura e inserção social dos sujeitos; função social da leitura e da escrita, da matemática e de outros campos do conhecimento.

d) utilização de material didático-pedagógico e literário como suportes no processo de alfabetização.

e) a importância do diagnóstico por meio dos testes cognitivos para o planejamento das ações; a importância do registro e avaliação das aprendizagens para a melhoria da prática pedagógica de alfabetização; registro, análise e reflexão das práticas desenvolvidas como subsídio para o desenvolvimento de novas ações;

f) os jovens e adultos no mundo do trabalho, os contextos nacional e regional, incluindo a abordagem das dimensões social, política, econômica, cultural, ambiental e a realidade urbano-rural no mundo do trabalho;

g) a apropriação da escrita e da leitura como exercício de cidadania; a mudança na vida dos sujeitos após o processo de alfabetização (por exemplo, impacto sobre o registro civil de nascimento e outros documentos básicos);

h) a importância da continuidade do processo educativo em turmas da educação de jovens e adultos.